



LEI Nº 7.428 , DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020.

PUBLICADO
D. Oficial Nº 243
Data: 28/12/2020

Institui, no âmbito do Estado do Piauí, o Programa Contribuinte Legal, programa de conformidade tributária com o objetivo de estimular os contribuintes dos impostos estaduais à regularidade tributária.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Piauí, o Programa Contribuinte Legal, programa de conformidade tributária com o objetivo de estimular os contribuintes dos impostos estaduais à regularidade tributária.

Art. 2º O Programa Contribuinte Legal será desenvolvido e implementado pela Secretaria da Fazenda, com as seguintes premissas:

- I - fomento à autorregularização e à conformidade tributária;
- II - fortalecimento da relação fisco-contribuinte;
- III - redução do tempo gasto pelos contribuintes no cumprimento das obrigações tributárias acessórias;
- IV - participação dos contribuintes e suas entidades representativas na construção de soluções;
- V - investimento constante em desenvolvimento de soluções informatizadas para uso pelos contribuintes e pela Administração Tributária;
- VI - simplificação da legislação tributária e melhoria na qualidade da tributação;
- VII - capacitação permanente dos agentes do fisco;
- VIII - integração com o Programa de Educação Fiscal;
- IX - oferecimento progressivo de serviços multicanal para atendimento, orientação, comunicação e solicitações ao fisco.

Art. 3º O contribuinte será classificado, nos termos do regulamento, de acordo com sua regularidade no cumprimento das obrigações tributárias principal e acessória, sendo-lhe dispensado tratamento tributário favorecido.

§ 1º A classificação de que trata o **caput** abrangerá todos os contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado do Piauí – CAGEP.

§ 2º Poderão ser considerados, em conjunto, todos os estabelecimentos do contribuinte instalados em território piauiense.

§ 3º O contribuinte deverá ser previamente informado sobre sua classificação, que estará disponível para consulta pública no portal eletrônico da Secretaria da Fazenda, salvo nos casos em que o contribuinte não autorizar a divulgação.

§ 4º A aferição dos critérios de classificação será realizada periodicamente, de modo a permitir a reclassificação dos contribuintes.

§ 5º Os parâmetros utilizados na classificação de que trata este artigo serão auferidos a partir da data de publicação do regulamento desta Lei.

Art. 4º O Programa de que trata esta Lei buscará desenvolver ações nas seguintes áreas:

- I - atendimento a contribuintes;
- II - cadastro;
- III - cumprimento de obrigações tributárias acessórias;
- IV - relacionamento com a Secretaria da Fazenda;
- V - processos administrativo-tributários.

Art. 5º Sem prejuízo dos direitos e garantias assegurados aos contribuintes em geral, ficam garantidos ao contribuinte alcançado pelo Programa Contribuinte Legal, na forma e condições estabelecidas em regulamento, os seguintes incentivos:

- I - redução de até 100% (cem por cento) nas multas punitivas para correção de erros no cumprimento de obrigação tributária, principal ou acessória, em até 30 (trinta) dias após o termo de início de fiscalização;
- II - concessão de prazo diferenciado para:
 - a) recolhimento do ICMS devido por substituição tributária, prevista em convênios e protocolos, não retido ou retido a menor pelo remetente na operação interestadual;
 - b) pagamento do ICMS relativo à importação de mercadoria oriunda do exterior;
 - c) recolhimento de imposto quando exigido o pagamento espontâneo por meio de monitoramento;
- III - renovação simplificada de regimes especiais de tributação;
- IV - prioridade nos processos de restituição de tributos, com adoção de procedimentos simplificados;
- V - tratamento diferenciado nos procedimentos de controle de mercadorias em trânsito;
- VI - simplificação ou dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias;
- VII - julgamento prioritário de processos administrativo-tributários;
- VIII - participação em grupos de trabalho com a Administração Tributária para aperfeiçoamento do programa;
- IX - canal de atendimento especial e diferenciado.

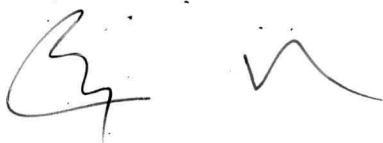
Art. 6º No âmbito da SEFAZ, poderão ser criados grupos de trabalho com o objetivo de:

- I - identificar dispositivos legais ou regulamentares que contenham exigências desnecessárias ou redundantes;
- II - sugerir medidas legais ou regulamentares que visem a eliminar o excesso de burocracia.

§ 1º Serão reconhecidas e estimuladas ações que simplifiquem o funcionamento das atividades da SEFAZ e melhorem o atendimento aos usuários de seus serviços por meio de projetos e práticas que busquem:

- I - a racionalização de procedimentos administrativos;
- II - a eliminação de formalidades desnecessárias ou desproporcionais às finalidades almejadas;
- III - os ganhos sociais oriundos da medida de desburocratização;
- VI - a redução do tempo de espera no atendimento de seus serviços;
- V - a adoção de soluções tecnológicas ou organizacionais.

§ 2º A participação do servidor no desenvolvimento e na execução de projetos que



resultem na desburocratização do serviço público será premiada, nos termos de regulamentação própria, e registrada em seus assentamentos funcionais.

Art. 7º As diretrizes do Programa de Conformidade Tributária devem orientar as políticas, as ações e os programas da Administração Tributária a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), **28** de **DEZEMBRO** de 2020.



GOVERNADOR DO ESTADO



SECRETÁRIO DE GOVERNO